

# Um grande pacto para combater a desigualdade

» ALINE ANDRADE ROCHA

Bacharel em relações internacionais e pós-graduada em gestão pública. Assessora de coordenação do Pacto Nacional pelo Combate às Desigualdades

» MAÍRA LIMA

Jornalista, pós-graduada em marketing político. Secretária executiva da Frente Parlamentar Mista de Combate às Desigualdades

As desigualdades sociais, de renda, raça e gênero, entre outras, no Brasil são historicamente um dos principais problemas que a sociedade precisa enfrentar. O país ocupa a 14ª posição entre os mais desiguais do mundo, segundo o último relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). A concentração de renda em um pequeno grupo da população, as disparidades educacionais e de saúde, e a discriminação racial e de gênero limitam as oportunidades e o potencial de milhões de brasileiros. Além disso, a violência e a falta de acesso a serviços básicos multiplicam essas desigualdades, criando uma espiral de exclusão difícil de romper, afetando a população mais vulnerável.

O Congresso Nacional desempenha um papel vital no destino dos brasileiros, pois viabiliza, ou não, a formulação e a implementação de políticas públicas que podem promover igualdades ou aprofundar o abismo social. Dessa forma, tem a capacidade de promover mudanças significativas na estrutura social e econômica do país com a aprovação de leis que criem um ambiente mais justo e inclusivo.

Pensando nisso, a Frente Parlamentar Mista de Combate às Desigualdades surge em agosto de 2023 com a assinatura de mais de 200 parlamentares e como uma resposta estratégica e necessária para enfrentar um dos maiores desafios do país. A iniciativa é um dos instrumentos mais importantes para fazer avançar

projetos que, às vezes, ficam em segundo plano em um Congresso extremamente conservador e que não demonstra interesse em avançar para que o país tenha uma sociedade mais justa e igualitária. Ao contrário, gesta persistentemente iniciativas de retrocessos aos direitos constitucionais.

A frente parlamentar está estruturada em 10 eixos temáticos: educação; saúde; renda; riqueza; trabalho; clima e meio ambiente; desigualdades urbanas e acesso a serviços básicos; representação política; segurança pública; e segurança alimentar. Tratam-se de temas fundamentais para entender e enfrentar as desigualdades, atravessadas pelos elementos de raça/cor, gênero, renda e território. Cada eixo é coordenado por um/uma parlamentar e uma organização da sociedade civil. Esse modelo pretende garantir a inclusão de membros que estão diariamente trabalhando nas mais diversas dimensões, permitindo que diferentes perspectivas sejam incorporadas no processo de decisão e nas ações da Frente.

Essa estrutura inédita de organização pretende trazer uma atuação mais ativa e diversa, garantindo que diversas vozes e perspectivas sejam consideradas na formulação de políticas, no monitoramento de iniciativas parlamentares, promovendo um avanço de participação social no Legislativo.

A democracia brasileira se faz e se desfaz a todo tempo. É preciso organizar a defesa dos

direitos constitucionais, conquistados a tão duras penas, preservando as estruturas que existem e avançando na garantia da dignidade humana. Isso significa olhar para cada dimensão dessas vidas e enfrentar os abismos que as separam. Por exemplo, a idade média ao morrer em Belo Horizonte ou Porto Alegre é de 72 anos, e em Boa Vista, de 57 anos, segundo o Mapa das desigualdades entre capitais brasileiras (Instituto Cidades Sustentáveis). Dentro de uma cidade como São Paulo, esse abismo é de mais de 20 anos entre um bairro mais central e outro mais periférico.

No próximo dia 27, essa iniciativa da Frente Parlamentar apresentará, na Câmara dos Deputados, o Observatório brasileiro das desigualdades — relatório 2024, um estudo anual do Pacto Nacional pelo Combate às Desigualdades que analisa 42 indicadores sociais, destacando transversalmente raça/cor, gênero, renda e território, determinantes para entender e agir sobre a realidade.

Nessa oportunidade, o debate se atualizará para pautar a agenda de trabalhos da Frente no próximo ano e a longo prazo. As desigualdades revelam muitos “Brasis” dentro do mesmo limite territorial e, não por acaso, essas diferenças se perpetuam ou se alteram a depender do rumo que o país toma. Elas são produzidas social e economicamente e também podem ser revertidas se houver articulação política entre todos os Poderes, e todos os níveis federativos.

## O Brasil Olímpico é motivo de orgulho para todo o país

» PAULO WANDERLEY

Presidente do Comitê Olímpico do Brasil (COB)

Quando os medalhistas de ouro no vôlei de praia Duda e Ana Patrícia desfilaram no Stade de France durante a cerimônia de encerramento dos Jogos Olímpicos Paris-2024, na noite de 11 de agosto, o Comitê Olímpico do Brasil (COB) celebrou a segunda melhor campanha olímpica do país em número de pódios com uma quebra de protocolo.

Desde que o Comitê Olímpico Internacional (COI) instituiu, em Tóquio-2020, que as delegações desfilassem com dois atletas nas cerimônias de abertura e encerramento, todos os países compartilharam seus pavilhões entre um homem e uma mulher. A excelente performance feminina do Brasil conquistou, além das medalhas, o coração de milhões de brasileiros, engajando e emocionando toda a nação. Nada mais justo que as representantes do Brasil, na noite em que se renovam os votos de dedicação por mais quatro anos, fossem duas incríveis mulheres.

Os Jogos de Paris foram marcados pelo protagonismo feminino da delegação brasileira desde o início, uma vez que as mulheres representaram 55% do Time Brasil, um marco histórico. Além disso, das 20 medalhas brasileiras, 12 foram femininas, inclusive as três de ouro, com Duda e Ana Patrícia, no vôlei de praia, Rebeca Andrade, no solo da ginástica artística, e Beatriz Souza, no judô.

Ao mencionar as medalhas femininas é preciso destacar o desempenho de Rebeca Andrade, que, ao conquistar quatro medalhas em Paris, se tornou a atleta brasileira (entre homens e mulheres) com mais medalhas numa só edição dos Jogos. E mais: Rebeca agora passa a ser, com seis medalhas no total — duas dessas em Tóquio 2020 —, o maior nome do esporte olímpico brasileiro da história.

O protagonismo feminino não é por acaso. O COB tem estratégias claras nesse sentido, e o investimento já deu resultados nos Jogos Pan-americanos Santiago-2023. A implementação da área Mulher no Esporte e a criação de uma comissão específica para o tema, em 2021, tiveram justamente o objetivo de elaborar políticas, programas e projetos que gerem mais oportunidades para o aprimoramento das atletas, treinadoras e gestoras no esporte olímpico brasileiro.

O Brasil se despediu de Paris com a segunda melhor campanha da história. Dos 276 atletas brasileiros na delegação, 56 voltaram para casa com pelo menos uma medalha no peito. O desempenho foi superior ao da Rio-2016 em número total de medalhas (19) e ficou atrás apenas de Tóquio-2020 (21). Além disso, nossos atletas alcançaram outras 11 finais, ficando em quarto ou quinto lugar.

Em toda a sua história olímpica, iniciada na Antuérpia, em 1920, o Brasil conquistou 170 medalhas. Nunca as conquistas vieram no ritmo atual. Entre Antuérpia 1920 e Barcelona 1992, nosso país conquistou 39 medalhas, uma média de 2,4 pódios por edição. Entre Atlanta 1996 e Rio 2016, foram 90 medalhas em seis edições, com uma média de 15 conquistas por participação. Nas duas últimas edições, Paris-2024 e Tóquio-2020, o Brasil mudou de patamar: conquistou 41 medalhas, o que representa uma média de 20,5 pódios.

A performance de homens e mulheres na França ajudou o COB a atingir um dos seus principais objetivos quando organiza uma missão: dar orgulho ao povo brasileiro. O COB trabalha para que esse orgulho alcance a juventude do país e sirva de inspiração para que meninos e meninas entendam o quanto vale a pena ter uma vida pautada pelos valores olímpicos e pela busca de hábitos saudáveis.

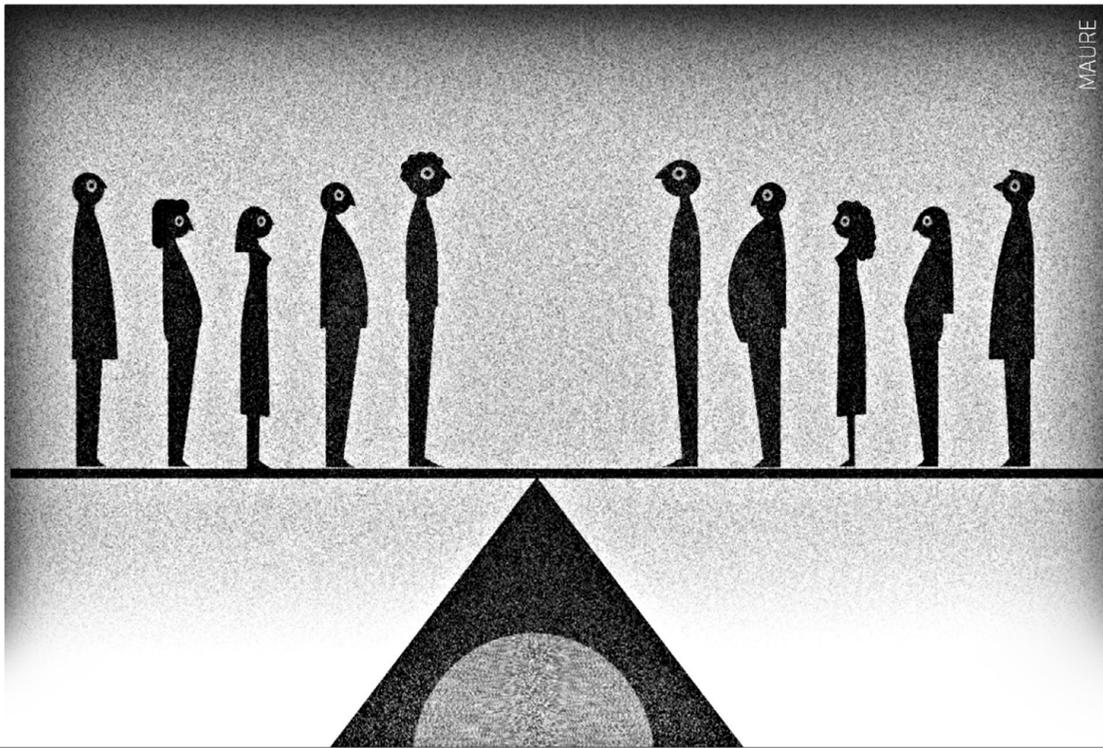
E, para que os feitos maravilhosos dos atletas olímpicos tenham cada vez mais impacto e alcance, o COB desenvolveu estratégias modernas de comunicação e marketing que também deram grandes resultados em Paris. Com a adesão de mais de 2,5 milhões de novos seguidores ao longo dos Jogos, os canais do Time Brasil tiveram um crescimento superior a 42%. O Instagram do Time Brasil ultrapassou o dos Estados Unidos e subiu ao topo do pódio como o mais seguido no mundo entre os comitês. Foram cerca de 2 milhões de novos fãs durante os 17 dias de competição.

A difusão do movimento olímpico é um pilar estratégico do COB para tornar o esporte olímpico cada vez mais popular. E a melhor maneira que encontramos para isso é o engajamento digital, que também traz investimentos para o esporte nacional. Junto ao aumento das redes sociais, vieram novos patrocinadores para o esporte olímpico. Atualmente, são 21 as empresas privadas que apoiam o COB, um recorde absoluto.

Por meio da excelência, transparência e austeridade na gestão, o COB nunca investiu tanto na delegação brasileira como neste ciclo, com o contínuo processo de descentralização de recursos para as confederações. E o investimento comprovou resultados fantásticos. O país do futebol está se tornando também um país olímpico.

Porém, para seguir evoluindo e superar esse patamar de conquistas, é necessário a ampliação dos investimentos em infraestrutura para treinamento e competições, recursos humanos, atletas e equipes, entre outros. Se investimento e políticas públicas ainda são essenciais para a construção de uma nação esportiva e saudável, o investimento privado no esporte olímpico mostrou, em Paris-2024, ser altamente vantajoso para as empresas. Associar-se à imagem dos atletas brasileiros com tanto talento e histórias inspiradoras é, sem dúvida, garantia de retorno.

O Comitê Olímpico do Brasil tem convicção do poder do esporte como uma ferramenta de transformação para todo o país e seguirá trabalhando incansavelmente em estratégias que tragam o destaque merecido aos nossos atletas, inspirem as novas gerações e encham o país de orgulho.



## Na hora do voto, vá de bicicleta

» LAURA MAGALHÃES

Docente universitária, pesquisadora e consultora internacional em sustentabilidade. Pós-doutoranda em Migrações, Direitos Humanos e Gestão sustentável do Território (Universidade de Granada, Espanha) e doutora em Direito (Universidade Federal Fluminense)

O desenvolvimento da bicicleta como meio de transporte remonta ao fim do século 19, e foi a invenção que revolucionou o modo como a sociedade se locomovia. Baixo custo de aquisição, praticidade e conforto eram seus principais atrativos. As classes com menor poder aquisitivo foram as mais beneficiadas. Hoje, ela se tornou sinônimo de sustentabilidade.

É inegável que a bicicleta representa um meio de transporte essencial para promover a mobilidade sustentável e segura nas nossas cidades. Combina as vantagens de um veículo privado, como velocidade, liberdade e versatilidade, com as vantagens sociais, econômicas e ambientais do transporte público. É adequado para praticamente todas as idades, tem um custo muito acessível e não consome combustíveis fósseis, nem polui ou faz barulho.

Além disso, o ciclismo melhora a saúde das pessoas que o utilizam. Os benefícios são inúmeros, como aumento da força muscular, melhora da qualidade do sono e do condicionamento e redução do colesterol e triglicérides, além de elevação do bem-estar e de ganhos para a saúde mental.

A bicicleta como meio de transporte inclusivo e acessível requer uma abordagem abrangente que considere as necessidades e capacidades de todas as pessoas. Ao implementar essas estratégias, podemos tornar a bicicleta uma opção viável para a sociedade,

contribuindo assim para uma mobilidade urbana mais equitativa, saudável e sustentável.

Em todo o mundo, nos últimos anos, muitas administrações municipais desenvolveram os seus planos estratégicos para o ciclismo, com a criação e melhoria de regulamentos e a implementação de sistemas públicos de bicicletas em muitas cidades.

Na Europa, algumas delas estabeleceram padrões para tornar viável o uso cotidiano de bicicletas por meio de políticas de transporte e utilização do solo, tornando o trajeto mais amigável para a prática de ciclismo, bem como de financiamento significativo para a criação de infraestrutura e promoção da educação pública sobre o uso e a convivência com bicicletas.

Na Espanha, por exemplo, em 2005 foi aprovado o Plano Estratégico de Infraestruturas e Transportes (PEIT), que contém, pela primeira vez, uma seção específica sobre a promoção dos meios não motorizados e a Estratégia de Promoção da Bicicleta. O documento prevê, especialmente, a melhoria da segurança rodoviária para ciclistas e a garantia da intermodalidade bicicleta-transporte público, além da criação de uma rede básica de ciclovias e financiamento às administrações locais, e a necessidade de alterações legislativas e de campanhas promocionais e de sensibilização do Estado.

No Brasil, diversas cidades já implementaram medidas para incentivar o uso de bicicletas como parte de suas políticas públicas de

mobilidade sustentável. Essas medidas variam desde a construção de infraestrutura específica, como ciclovias e bicicletários, até programas de compartilhamento de bicicletas. Alguns exemplos de cidades brasileiras que se destacam nessas iniciativas são Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Recife.

Mas é preciso ir além. A opção pela bicicleta atende à necessidade de se repensar a forma de se consumir em prol das questões ambientais, especialmente no combate às alterações climáticas e em favor do bem-estar de todos.

No entanto, uma parte da sociedade ainda é muito dependente do automóvel e, nesse sentido, a nossa sensibilidade coletiva sobre a necessidade de partilhar espaços mais sustentáveis, especialmente urbanos, ainda avança lentamente. É fundamental criar espaços de formação, sensibilização e debate sobre a cidade que queremos ser e ter para o futuro.

Já temos consciência do excesso de poluição e do trânsito e dos seus efeitos nocivos para a nossa saúde e para o planeta. Agora é o momento de conscientizar cada vez mais pessoas sobre como as cidades deveriam ser e como nos movimentamos nelas. No Brasil são 40 milhões de bicicletas circulando, ocupando a quinta posição mundial, segundo o portal Bicycle Guider.

O cidadão brasileiro, portanto, já enxergou que a bicicleta é uma solução de mobilidade sustentável. Que os governantes o ouçam.